



AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS NO BRASIL

Solange Maria Teixeira*

RESUMO

O objetivo deste artigo é explicitar as determinações da problemática social do envelhecimento do trabalhador, realçar os contrastes e desigualdades que marcam o envelhecimento de frações da classe trabalhadora, em especial, os de baixa renda, mediante a configuração das suas condições de vida e trabalho, nessa etapa de suas vidas.

Palavras-chave: Condições de Vida; Classe Trabalhadora; - Envelhecimento.

ABSTRACT

The objective of this article is to make the determination of the social problem of the aging worker explicit, point out the contrasts and inequality which mark the aging of parts of the working class, especially those of low income, by means of a configuration of their life and work conditions in this stage of their lives.

Key works: Life Conditions; Working Class; Aging.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano nas sociedades capitalistas, em especial, na sociedade brasileira, é marcado por contrastes e desigualdades sociais, dentre essas estão aquelas engendradas pela condição e posição de classe dos indivíduos expressa em sua situação sócio-econômica, além de outras desigualdades como gênero, raça, etnia, dentre outras.

Assim, enquanto um pequeno contingente de idosos, detentores de propriedades, bens, rendas têm condições materiais e acesso aos meios de prolongar a vida com saúde e qualidade de vida, e um grupo intermediário, de classe média – com tempo livre, disposição, condições financeiras e acesso a serviços necessários para uma velhice saudável, ativa e participativa – vêm redefinindo o modelo de velhice, vivida e pensada

*Doutora em Políticas Públicas. Docente-Departamento de Serviço Social-Universidade Federal do Piauí.

como uma nova fase na qual se interdita o trabalho e se define como “tempo de lazer”, “de prazer”, “de liberdade”, “de atividades físicas” em oposição ao “tempo produtivo”, à velhice estereotipada e restrita ao espaço privado do lar.

No outro extremo, na classe trabalhadora, grandes frações dessa classe vivem de mínimos sociais fornecidos pelas políticas públicas (previdência e assistência social), tendo suas necessidades alienadas, rebaixadas às “necessidades necessárias”, tornando-se um “ser isento de necessidades” pela homogeneização de suas necessidades por baixo, ao mínimo. Uma parte considerável desses idosos é obrigada a voltar ao trabalho árduo, ou dele não podem se desligar nem na velhice, ampliando o tempo de trabalho na sua vida, um trabalho na maioria das vezes pesado, insalubre, informal, de mera sobrevivência, mas ainda extremamente necessário, considerando a carência de recursos, às baixas aposentadorias.

O objetivo desse artigo, entretanto, não é comparar as duas faces da velhice, mas tratar, configurar, explicitar aquela face esquecida da velhice dos trabalhadores pobres, desvendar suas determinações, realçar os contrastes e desigualdades que a marcam, mediante as condições de vida e de trabalho dessa fração da classe trabalhadora que envelhece.

2 OS DETERMINANTES DA PROBLEMÁTICA SOCIAL DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL

O envelhecimento não se constitui um problema social, em função do declínio biológico e do crescimento demográfico dos indivíduos nesta faixa etária, não sendo uma condição inexorável que atinge a todo o grupo etário, indistintamente e independentemente do modo como a força de trabalho é expropriada e explorada na ordem do capital. Antes ao contrário, o envelhecimento constitui-se um problema social, principalmente, para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e do controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades, vulnerabilidade em massa, degradações, desvalorizações, especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho.

A centralidade no envelhecimento do trabalhador na constituição dessa problemática social advém do movimento real. É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando perde o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo

produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais.

Como destaca Beauvoir (1990), se a velhice, enquanto destino biológico, é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que esse destino é vivido de maneira variável segundo as condições materiais de produção e reprodução social, que imprimem um estatuto social à velhice, ou estatutos diferenciados, conforme as classes, *status* e hierarquias sociais.

Nessa perspectiva e considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se pode universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, nas quais as desigualdades, pobreza, e exclusões sociais lhes são imanente e, reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador. É assim que esse se torna um problema social em decorrência dessas desigualdades sociais engendradas pela estrutura produtiva e social.

Nesses termos, o envelhecimento do trabalhador está determinado pelas condições de existência historicamente postas pelo modo de produção capitalista aos trabalhadores, em função da expropriação dos meios de produção e da redução destes a “condição material de produção”, ou seja, a condição de mera força de trabalho, utilizada para fins de valorização do capital, de produção de riquezas e não de satisfação das necessidades do produtor. Uma degradação que atinge toda a classe trabalhadora, igualada a uma coisa material e aprisionada a relações coisificadas e reificadas, que reduz sua condição humana a fator econômico. Para o trabalhador velho a perda do valor econômico, com o envelhecimento, joga-o na condição desumanizante, abaixo de uma coisa, expressa no rebaixamento de suas necessidades sociais.

Assim, a problemática social do envelhecimento do trabalhador está dimensionada por um duplo e articulado processo: de um lado, determinantes de ordem material, que geram a impossibilidade de reprodução social sem os recursos da família e sociedade, considerando a expropriação dos meios de produção e do acesso à riqueza socialmente produzida capaz de garantir uma velhice digna; de outro lado, determinantes culturais, cuja origem são as relações dominantes de produção, que atribui uma desvalorização social aos idosos quando perdem a rentabilidade para o capital, perdendo a qualidade de homem (econômico), parâmetro para a definição dos direitos humanos e de “cidadania”.

Como destaca Kurz (2003), nas sociedades capitalistas, as pessoas e o trabalho só são “válidos” no nível da rentabilidade. Essa lógica do capital expurga, para fora da condição humana, os “não-rentáveis” que amargam uma “vida sem valor”, não sendo sujeitos de direitos, nem sujeitos políticos, já que são “invisíveis” para o capital, para o qual são apenas fatores de custos ou custos mortos e têm um padrão de reprodução social trivializado pela assistência social, principalmente, nas sociedades periféricas, considerando-se o trato compensatório da pobreza pelo sistema de proteção social público, sempre em parceria com o setor filantrópico, o que faz das redes de solidariedade o sustentáculo da proteção social aos mais pobres.

Na periferia do sistema capitalista essas condições objetivas são exponenciadas e agravadas. A superexploração do trabalho, com a combinação de formas de mais-valia absoluta e relativa, com as discrepâncias entre os rendimentos do trabalho e do capital, aliada à debilidade estrutural organizativa dos trabalhadores, têm implicações na problemática do envelhecimento do trabalhador, porque este é obrigado a um dispêndio de força superior ao que deveria empregar normalmente, provocando, assim, seu esgotamento prematuro, acelerado com a intensificação do trabalho e com sua remuneração abaixo de seu valor, ou não compatível com os rendimentos de produtividade, que promovem seu empobrecimento (relativo ou absoluto) dificultando sua capacidade contributiva para a previdência social. Além do fato de que com a abundância de mão-de-obra, o capital cria um “ciclo de vida produtivo” para a força de trabalho, conforme seus critérios de “utilidade” e de “uso”, gerando enormes massas de excedentes, podendo utilizar abusivamente dos critérios seletivos e alijando a mão-de-obra “desgastada” do mercado de trabalho, que tem seu valor de uso limitado, mesmo que não necessariamente em idade avançada.

Assim, é marca da realidade periférica o acelerado processo de exclusão dos indivíduos da possibilidade de sobrevivência através do trabalho assalariado. Isso porque, o capitalismo periférico cresce na mesma proporção em que gera uma superpopulação relativa, uma população excedente às necessidades produtivas do capital, com um agravante: ele já nasce – considerando a importação de tecnologia – poupando ou reduzindo o trabalho vivo na produção, que, sem uma contrapartida organizativa do trabalho de peso, ampliou essas massas excedentes e os mecanismos seletivos de uso da força de trabalho, engendrando enormes massas destituídas de condições de sobrevivência, principalmente, quando envelhecidas.

Apesar dessa lógica capitalista, ampliou-se a longevidade e a expectativa de vida em todas as classes sociais, emergindo o envelhecimento populacional como fenômeno mundial. A longevidade é uma conquista da humanidade, das transformações sociais, como urbanização, saneamento, melhoria alimentar, tecnologias de saúde, dentre outras.

As lutas sociais conquistaram elementos importantes nesse processo, dentre eles, os direitos sociais, materializados em políticas públicas de seguridade social, tais como a de acesso à renda (previdência e assistência social), e a de saúde.

Entretanto, o envelhecimento em sociedades capitalistas periféricas - em especial, na brasileira -, apesar do aumento da longevidade e da população idosa (8,6%, conforme o censo 2000), é marcado por profundas desigualdades sociais, dentre estas, as engendradas pela posição de classe dos indivíduos.

Apreender essas diferenças e desigualdades no envelhecer, a partir das estatísticas oficiais, de modo a configurar a problemática social do envelhecimento do trabalhador, não é tarefa simples, posto que essas estatísticas não tomam as diferenças de classes como elemento chave na organização e coleta dos dados, que explicaria as diferenças nas condições de vida dessa população, embora outras desigualdades possam ser apreendidas, como de gênero, raças, regionais, que são também genericamente atribuídas a todo o grupo etário.

Todavia, acredita-se que, pelas condições de vida da população idosa brasileira, a partir dos indicadores de rendimento, trabalho, saúde, educação e situação familiar, se possa abstrair sua condição de classe ou de fração de classe e configurar os problemas que os trabalhadores envelhecidos enfrentam e que tornam o seu envelhecimento numa problemática social, dando-lhe características particulares, em relação à realidade dos países capitalistas centrais.

3 O PERFIL DOS VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS NO BRASIL

A configuração da problemática social do envelhecimento do trabalhador, mesmo com a existência das políticas públicas, pelo resgate de suas condições de vida, a partir de indicadores sociais como: renda, trabalho, educação, situação familiar, condições de saúde, aponta um perfil diferente se tomado o grupo etário como um todo homogêneo e definido apenas pelo critério da idade. Abstraindo-se apenas as condições socioeconômicas dos “possivelmente” pertencentes às classes subalternas, esse perfil se altera, constituindo duas classes de idosos. Uma delas dos trabalhadores idosos, que mesmo aposentados (87,0% entre os idosos do sexo masculino, e 78,0% entre idosas mulheres são cobertos pela aposentadoria e assistência social), ainda estão com suas famílias, ou as famílias nucleares com filhos, ou as famílias extensas, em estado de pobreza (18,3% e 23,2% respectivamente), somadas às que estão em estado de indigência (9,3% e 12,6% respectivamente), encontramos graus de desigualdades extremas que se reproduzem na

velhice dos trabalhadores que tiveram piores condições de vida e trabalho ao longo do ciclo da vida.

A grande maioria dos trabalhadores idosos, no Brasil, vive de mínimos sociais (cf SCHAWARZER; QUERINO, 2002, 64,9% dos benefícios pagos por mês na previdência social corresponde a um salário mínimo), sendo alta a incidência de pobres e de indigentes; esses ainda estão inseridos em atividades produtivas, mesmo que marginais, depois de aposentados, principalmente entre os mais pobres; chefiam suas famílias; têm baixo nível de escolaridade e maior incidência de doenças e dificuldades funcionais.

Essa realidade não é condição inexorável do envelhecimento, pelas restrições físicas e orgânicas ou de papéis sociais, mas é peculiar à velhice dos trabalhadores, principalmente os de baixa renda, constituindo um problema social pela vulnerabilidade social desse segmento quando eles perdem o valor de uso para o capital; pelos problemas que enfrentam devido à aceleração do processo de declínio biológico, pelo uso intensivo e extensivo da força de trabalho; pelas condições de vida a que foram submetidos durante toda a vida, ampliando as probabilidades de apresentarem incapacidades físicas e mentais, comprometendo sua autonomia e independência.

Em relação à distribuição de renda, os dados do PNAD (1997) apresentam a evolução do percentual de idosos ao longo dos centésimos da distribuição de renda. Esses dados mostram que a percentagem de idosos cresce ao longo dos centésimos da distribuição de renda, estando os idosos, portanto, sub-representados entre os mais pobres, concentrando-se, entre 2% e 4%, na extremidade inferior dessa distribuição; e sobre-representados entre os mais ricos, alcançando 10% na extremidade superior da distribuição de renda, ou seja, mais de três vezes superior aos que são extremamente pobres. Todavia, há uma grande concentração de idosos no centro da distribuição. Segundo Barros et al (1999), é possível que essa concentração deva-se ao vínculo das aposentadorias ao salário mínimo, dado que, nesse ponto (sexto e sétimo décimos de renda), corresponde à renda média próxima a um salário mínimo.

Se associarmos os percentuais de idosos do extremo inferior da distribuição de renda com aqueles dos níveis medianos, chega-se a um grande percentual de idosos com baixos rendimentos, necessários apenas à manutenção e satisfação de necessidades básicas, encontrando-se, aí, grande parte dos trabalhadores idosos e aqueles que tiveram piores condições de vida e de trabalho ao longo da vida, refletidas na média dos benefícios recebidos. Assim sendo, a pobreza não atinge a todo o grupo etário de 60 anos ou mais, mas uma parcela dele.

Entretanto, os dados dos últimos PNADs mostram uma melhoria na situação de renda dos idosos na década de 1990. Todavia, ainda é alto o número de idosos sem nenhuma renda, aproximadamente 12% em 1998, apesar desse índice ter diminuído, pois

chegou a 21%, em 1981, situação amenizada com o aumento das mulheres com algum rendimento de aposentadorias ou pensões. As famílias com idosos em situação de indigência (segundos dados do PNAD, 1998) são de 9,3% entre as famílias nucleares de idosos com filho, e de 12,6% entre as famílias extensas com idosos, índices menores do que aqueles das famílias sem idosos (22,6% e 21,2% respectivamente), o que se deve aos rendimentos da aposentadoria, mesmo mínimos.

Contudo, o grau de pobreza ainda é muito alto entre as famílias com idosos, segundo esse dados, enquanto, nas famílias nucleares com filhos, mas sem idosos, era de 20,1% e, nas famílias extensas, 20,8%; entre as famílias com idosos, era 18,3% e 23,2% respectivamente, um índice de pobreza até maior nas famílias extensas com idosos, considerando o empobrecimento das famílias, desemprego, etc.

O grau de escolaridade entre os idosos mais pobres é baixo, dados do PNAD de 1997 mostram que mais de 61% dos idosos pobres não chegaram a completar sequer o primeiro ano de estudo, ao passo que esse percentual é aproximadamente 30% entre os não-idosos.

Outra característica particular da situação dos trabalhadores idosos no Brasil, em função dos baixos rendimentos de aposentadorias e da concentração de renda, é a permanência do idoso aposentado no sistema produtivo.

Essa realidade ainda é atual, longe de se constituir o tempo da velhice do trabalhador em “tempo de prazer” em oposição ao “tempo produtivo”, tempo “livre” de realizações, de lazer, antes, é um tempo em que se prolonga o trabalho, geralmente um trabalho marginal, principalmente, mas não exclusivamente, entre os mais pobres. Segundo dados do PNAD (1998), mais da metade dos idosos do sexo masculino e quase um terço dos do sexo feminino que estavam no mercado de trabalho eram aposentados, ou seja, os trabalhadores idosos continuam trabalhando muito.

Essa permanência no sistema produtivo não se trata de uma contradição, posto que os trabalhadores idosos perdem o “valor de uso” para o capital, entretanto, são forçados a tentar reingressar novamente no mundo do trabalho, devido às precárias condições de sobrevivência em que se encontram. Todavia, considerando os critérios de seletividade, em função da abundância de força de trabalho, alijam-se esses trabalhadores, daí, sua concentração no mercado informal de trabalho, em trabalhos de auto-subsistência, por conta própria, em trabalhos agropecuários autônomos, dentre outros.

Os dados do PNAD (1999), mostram que essa incidência da permanência no sistema produtivo é maior entre os idosos mais pobres, dos quais 43,1% mantêm-se na condição de economicamente ativos, mas expulsos do mercado formal de trabalho, concentram-se em trabalhos por conta própria (19,2%) e de auto-subsistência (11,5%). Essa realidade não atinge apenas os mais pobres. Em geral, os idosos, praticamente mais de um

terço (33,9%), são economicamente ativos e também se concentram em trabalhos por conta própria.

Assim, o retrato da velhice do trabalhador pobre está longe da tão propagada “idade do lazer” ou “terceira idade”. Os idosos mais pobres vivem em famílias numerosas, 58,3% deles com 5 ou mais membros, logo, a “síndrome do ninho vazio”, que gera depressão, isolamento, também não se enquadra nessa realidade. Esses idosos também concentram os piores índices de escolaridade: 68,3% não têm nem um ano de escolaridade, não sendo em tese os alunos das universidades da terceira idade. Além disso, os mais pobres (66,4%) são negros e estão concentrados nas regiões mais pobres do país: a região nordeste e a norte, fruto das desigualdades sociais e regionais¹.

Apesar dos trabalhadores idosos, ainda trabalharem muito, a renda proveniente do trabalho corresponde apenas a 29% da renda familiar, sendo a maior parte desta composta da aposentadoria (54% para os homens e 80% para as mulheres), que, apesar de baixa, tem proporcionado aos idosos chefiar suas famílias. O censo de 2000 verificou que 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios brasileiros, o que significa que a grande maioria deles ocupa um papel de destaque no modelo de organização familiar brasileira, não ocorrendo a perda de papéis sociais (nem produtivo, nem familiar), embora 44,5% dos idosos responsáveis pelo domicílio tenha renda de apenas um salário mínimo, percentual que cresce para 65%, entre os idosos da área rural.

As desiguais condições de vida e de trabalho aceleram o processo de declínio biológico, apresentando maior probabilidade de incidência de doenças. De uma forma geral, os idosos apresentam mais problemas de saúde que a população em geral. Em 1999, dos 86,5 milhões de pessoas que declararam ter consultado um médico nos últimos 12 meses, 73,2% eram maiores de 65 anos. Esse também foi o grupo de maior coeficiente de internação hospitalar (14,8 por 100 pessoas no grupo) no ano anterior, apresentando maiores dificuldades funcionais.

Estudos de Parayba (2004), sobre a prevalência de dificuldade funcional entre os idosos, como, por exemplo, de caminhar cerca de 100 metros, mostram que, para os idosos abaixo da renda familiar *per capita* mediana é de 23,2%, entre os homens, e de 34,5%, para as mulheres, decrescendo no grupo de idosos mais ricos para 9,9% e 18,1% respectivamente, o que permite concluir que a renda aparece como condição importante para a redução de dificuldade funcional.

¹Essas desigualdades se expressam também na esperança de vida. “A esperança de vida ao nascer apresentou comportamento semelhante, com melhoria ao longo da década – passando de 60,1 anos em 1980 para 65,6 em 1990 -, e fortes diferenças regionais e sociais. A média obtida para o grupo mais pobre da região Nordeste – 51,5 anos – contrasta com o grupo mais rico da região Sudeste – 75 anos -, com um diferencial equivalente a 23,5 anos de esperança de vida”. (SOARES, 2001, p.160).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os dados do PNADS mostram um grande contingente de trabalhadores idosos em estado de pobreza, dependente dos recursos públicos para a própria reprodução e de sua família, ainda inserido em atividades produtivas, em que o trabalho é um contínuo no ciclo de vida, não podendo ser interrompido, dada à pobreza da família, com baixos rendimentos, mesmo trabalhando, chefiando suas famílias, com maior incidência de analfabetismo funcional e de problemas de saúde. Essas são as condições que peculiarizam o envelhecimento dos trabalhadores (principalmente, os mais pobres), no Brasil.

A velhice, denominada “terceira idade” nos países desenvolvidos e importada para a periferia, é impossível de se estender a todos os idosos, e de caracterizar o envelhecimento vivido por grande parte dos trabalhadores velhos, numa sociedade marcada pela concentração de renda, pelas desigualdades sociais e regionais, pela baixa socialização da reprodução social dos trabalhadores executada pelo Estado. Acrescenta-se o caráter excludente da expansão capitalista, do caráter polarizante da mundialização do capital, que avança gerando e aprofundando as desigualdades sociais, ampliando os “invisíveis” para o capital. Esses “invisíveis” o são também para os “*experts*” do envelhecimento, difusores da chamada “terceira idade” que mascaram o envelhecimento dos trabalhadores pobres, em especial, a sua face doentia e dependente.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. et al. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999 (texto para discussão, n.686)

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARANO, A. A; GRAOURI, S. E. El. **Famílias com idosos: ninhos vazios?** Rio de Janeiro: IPEA, 2003 (texto para discussão, n.686).

_____. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (texto para discussão, n.830).

IBGE. **Pesquisa por amostra de domicílios**, 1981 a 1997. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **O perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro, 2002 (Estudos e pesquisas – informação demográfica e sócioeconômica nº 9).

_____. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17/01/2005.

KURZ, R. **Paradoxos dos direitos humanos**. 2003. Disponível em: <<http://www.obeco.planetaclix.com>>. Acesso em 10/01/2005.

SCHWARZER, H. & QUERINO, A. C. **Benefícios sociais e pobreza**: programas não contributivos da seguridade social brasileira. Textos para discussão nº 929, Brasília-DF: IPEA, 2002.

SOARES, L. T. R. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época, v.78).